



Orientações Pedagógicas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Procuradoria Regional do Trabalho/7ª Região
Bibliotecária responsável: Ana Maria Camelo CRB 3 – 404

P962 Programa de educação contra a exploração do trabalho da criança e do adolescente: orientações pedagógicas / Antonio de Oliveira Lima, Célia Chaves Gurgel do Amaral, Sandra Maria Silva Leite Reis (coords.) – Fortaleza: Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região / UFC / Undime, 2008.
28 p.

Material didático suplementar ao manual *Abordagem do trabalho infantil em sala de aula*.

1. Trabalho infantil

CDD –341.55627

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos da criança: 342.1157

2. Educação da criança: 370.15

3. Educação do adolescente: 371.82

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Coordenação do Programa

Antonio de Oliveira Lima - MPT

Célia Chaves Gurgel do Amaral - UFC

Sandra Maria Silva Leite Reis - UNDIME

Endereço da Secretaria

A/C Sandra Leite

Av. Oliveira Paiva, 2621 – Cidade dos Funcionários

60822-131 Fortaleza – CE

Equipe Técnica

Ana Paula Alves de Lima

Andréa Machado Camurça

Deuzeli Rodrigues Gama

Gisele Venâncio Poggi

Joselena da Silva Nascimento

Sônia Régia Pinheiro de Moura

Orientações Pedagógicas constitui material didático complementar ao *Manual Abordagem do Trabalho Infantil em Sala de Aula* e apresenta propostas para o desenvolvimento de atividades por professores de Ensino Fundamental para a exploração do tema “trabalho infantil”

Equipe de Apoio Administrativo

Ana Lúcia Bastos Aires

Ângelo Roncalli Lins de Milagres

Dionéia Arcoverde Cals de Oliveira

Francisco Lima Medeiros

Giovana Rocha Façanha

José Nelson Lourinho da Silva

Maria Artemisia Lemos de Carvalho

Maria José Carvalho Vieira

Saskia Prigido

Victor Alessandro dos Santos Uchoa

Colaboradores(as)

Adriane Franco de Almeida

Cícero Roberto Chagas de Omena

Diego Sousa Lima

João Batista Pereira Lopes

Maria Quintela

Nelson Gomes Frutuoso

Capa (criação e designer)

Liane Paiva Rocha Marques da Silva

Editoração eletrônica: Valdélcio Muniz

Revisão: Ruanna Larissa Nunes Lemos

SUMÁRIO

A ORIGEM DO PROGRAMA	5
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PETECA	5
ATORES E FUNÇÕES NO PROGRAMA	6
Coordenadores Pedagógicos Municipais	6
Coordenadores Pedagógicos Escolares	6
Professores de Ensino Fundamental	6
Estudantes das Escolas de Ensino Fundamental	6
Estudantes da UFC	6
AS FASES DO PROGRAMA	7
Curso de Formação de Educadores (Coordenadores Pedagógicos Municipais)	7
Oficina de Formação de Professores e Coordenadores Pedagógicos Escolares	8
Ações na Escola e em Sala de Aula	9
ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS AOS PROFESSORES	11
Tópicos para o Plano de Ação	12
Recursos Didáticos	15
Como Explorar o DVD “Você viu a Rosinha?”	15
Como explorar a Cartilha “Trabalho não combina com criança”	17
Produção das Tarefas Escolares, Avaliação e Encaminhamento para Premiação	18
SUGESTÕES DE ATIVIDADES EM SALA DE AULA PARA EXPLORAR O TEMA TRABALHO INFANTIL	19
EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO	24
Cruzada contra o Trabalho Infantil	24
ECA em Palavras Cruzadas	25
Caça-Palavras do ECA	25
Caça-Palavras contra o trabalho Infantil	26
MÚSICAS SOBRE O TEMA TRABALHO INFANTIL	26
Criança não trabalha, criança dá trabalho	26
Leve a sério...	27
Quero ser criança	27
BRINCANDO NA ESCOLA	28

Eu fico

*Com a pureza da resposta
das crianças*

É a vida, é bonita e é bonita

*Viver, e não ter a vergonha
de ser feliz*

Cantar e cantar e cantar

*A beleza de ser um eterno
aprendiz*

Gonzaguinha

A origem do Programa

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda que os países signatários das Convenções em defesa dos direitos da criança e do adolescente desenvolvam ações educativas direcionadas a professores(as) e estudantes. No Brasil, em especial no Ceará, essas ações já existem. A Universidade Federal do Ceará (UFC) tem se somado a outras iniciativas estaduais e nacionais para sensibilizar a sociedade visando à erradicação do trabalho infantil e à proteção do trabalhador adolescente, através de vários projetos de extensão. Estes projetos utilizaram metodologias para estimular as reflexões, os estudos e a multiplicação de saberes sobre os direitos das crianças e adolescentes através do teatro-debate e exibição de vídeos seguidos de debates.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), através da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-7ª Região-CE), atuando como articulador social, tem buscado parceria entre órgãos governamentais e entidades da sociedade civil para a implementação de políticas públicas contra a exploração do trabalho da criança e do adolescente.

Neste sentido, o MPT propôs uma parceria com a UFC e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-CE) para a realização deste Programa, que objetiva formar coordenadores pedagógicos, professores e estudantes sobre os direitos da criança e do adolescente com vistas à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao trabalhador adolescente.

Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca)

A partir destas experiências na UFC foi estruturado o Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca) com a proposta de desenvolver um processo de formação contínua e com retorno de ações do público final: estudantes do Ensino Fundamental da rede municipal.

Neste Programa as ações terão três etapas:

1) Curso de Formação com duração de 40 horas para os coordenadores pedagógicos municipais;

2) Estes coordenadores municipais desenvolverão Oficinas de Formação com a duração de 20 horas para os coordenadores pedagógicos das escolas e para os professores. Para tanto, devem elaborar um Plano de Ação no Município e estabelecer um cronograma com a divisão do tempo das atividades, tais como a Oficina de Formação e o acompanhamento da execução do plano de ação dos professores.

Ao final da Oficina, coordenadores pedagógicos municipais deverão enviar relatório circunstanciado sobre esta etapa à coordenação do Programa.

3) Cabe aos coordenadores pedagógicos municipais, durante a Oficina de Formação, acompanhar os coordenadores escolares e os professores na elaboração e desenvolvimento de seu Plano de Ação. Este plano será executado em sala de aula com os estudantes de ensino fundamental durante três meses, com carga horária de doze horas.

O Plano de Ação dos professores deve contemplar conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente, erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente debatidos na Oficina de Formação.

A exploração destes conteúdos é sugerida com o uso de metodologias que envolvem o emprego de materiais como o DVD *Você viu a Rosinha?*, *Manual Abordagem do Trabalho Infantil em sala de aula*, cartilha *Trabalho não combina com criança*, além de outros distribuídos no Curso e nas Oficinas de Formação. Para o desenvolvimento das aulas, os professores devem pautar conteúdos sobre o tema e propor atividades que levem os alunos a vivenciar as experiências de defesa e garantias dos direitos da criança e do adolescente e elaborar tarefas escolares que serão enviadas para concorrer à premiação.

Após o período de execução do Plano de Ação pelos professores, que terá a participação dos coordenadores pedagógicos escolares e o acompanhamento dos coordenadores pedagógicos municipais, estes deverão encaminhar o relatório final à coordenação geral do Programa e os trabalhos escolares dos alunos que concorrerão à premiação. Os alunos poderão submeter suas tarefas escolares à premiação em até quatro categorias:

Literatura (Contos, Poesias de Cordel, Histórias em Quadrinhos);

Artes Visuais (Pintura, Desenho e Fotomontagem);
Esquetes Teatrais; e

Composição (Música e Paródia).

A seleção de trabalhos para premiação acontecerá, primeiramente, na escola, sob a responsabilidade do professor com a participação do coordenador pedagógico escolar, que deverão escolher o melhor trabalho por categoria e enviar à Coordenação Pedagógica Municipal. Em seguida, os coordenadores pedagógicos municipais selecionarão, dentre estas, até quatro tarefas escolares, uma em cada categoria, para enviar à Coordenação do Programa, que premiará os três melhores em cada categoria, durante evento específico.

Lembre-se, sempre:

A eficiência do Programa e o cumprimento de seus objetivos serão evidenciados mediante a participação de todos os atores, coordenadores pedagógicos municipais, coordenadores pedagógicos escolares, professores e estudantes.

Atores e funções no Programa

Para a execução deste Programa junto às escolas, é necessário o envolvimento de vários profissionais dispostos em grupos cujas ações se interrelacionam e que denominamos de “atores”. Cada ator tem uma função específica a ser cumprida no Programa:

Coordenadores pedagógicos municipais

- Participar e obter aprovação no Curso de Formação de Educadores
- Preparar o planejamento da respectiva Oficina de Formação para Professores
- Executar o Plano da Oficina de Formação para Professores e Coordenadores Pedagógicos Escolares
- Divulgar o Programa nos meios de comunicação disponíveis no município
- Orientar o Plano de Ação dos professores com respectivos coordenadores escolares
- Selecionar as melhores tarefas escolares sobre o tema Trabalho Infantil dos estudantes do município
- Incentivar a exposição dos trabalhos escolares produzidos pelos estudantes sobre o tema
- Encaminhar à Coordenação do Programa relatório circunstanciado das Oficinas de Formação dos professores e coordenadores pedagógicos escolares
- Encaminhar à Coordenação do Programa as melhores tarefas escolares do município

Coordenadores pedagógicos escolares

- Participar e obter aprovação na Oficina de Formação de professores e coordenadores pedagógicos
- Preparar o Plano de Ação junto aos professores do ensino fundamental
- Promover, juntamente com os professores, reuniões para debater sobre a temática Trabalho Infantil com os pais dos estudantes que receberão a formação do Programa
- Acompanhar a execução do Plano de Ação dos professores na respectiva escola
- Participar da seleção, juntamente com os professores, das melhores tarefas escolares sobre o tema Trabalho Infantil para concorrer à premiação
- Incentivar a exposição dos trabalhos escolares produzidos pelos estudantes sobre o tema
- Enviar à Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os professores, as melhores tarefas esco-

lares que vão concorrer à premiação, para os coordenadores pedagógicos municipais

- Apresentar dados para o relatório final dos coordenadores pedagógicos municipais

Professores de ensino fundamental

- Participar da Oficina de Formação de professores e coordenadores pedagógicos escolares
- Preparar e executar o Plano de Ação, com a participação dos coordenadores pedagógicos escolares e o acompanhamento dos coordenadores pedagógicos municipais
- Promover, juntamente com coordenadores pedagógicos escolares, reuniões para debater sobre o tema com pais dos estudantes que receberão a formação
- Selecionar, com a participação dos coordenadores pedagógicos escolares, as melhores tarefas dos alunos que vão concorrer à premiação
- Enviar à Secretaria Municipal de Educação, com os coordenadores pedagógicos escolares, as melhores tarefas que vão concorrer à premiação, para os coordenadores pedagógicos municipais

Estudantes das escolas de ensino fundamental

- Participar das aulas sobre o tema “Trabalho Infantil”
- Incentivar os pais a participarem das reuniões sobre o Programa
- Elaborar tarefas escolares nas categorias propostas: Literatura, Artes Visuais, Esquetes Teatrais e Composição para concorrer à premiação

Estudantes da UFC

- Participar e obter aprovação no Curso de Formação de Educadores
- Preparar um Plano de Atividades a ser executado com acompanhamento da coordenação do Programa
- Desenvolver trabalho acadêmico (extensão ou pesquisa) junto às ações dos professores nas Secretarias Executivas Regionais de Fortaleza sobre o tema
- Participar das reuniões da coordenação do Programa
- Tornar público o produto (resultado) de seu estudo
- Entregar à Coordenação do Programa relatório ou resultado de estudo realizado junto ao Programa de Extensão

As fases do Programa

A 1ª fase do Programa é a preparação dos coordenadores pedagógicos municipais através do Curso de Formação de Educadores com duração de 40 horas, abordando conteúdos relativos às temáticas direitos da criança e do adolescente, erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente.

O Curso de Formação para os coordenadores pedagógicos municipais tem a duração de cinco dias e está estruturado com os conteúdos e horários definidos segundo o cronograma a seguir:

Curso de Formação de Educadores

Dias	Conteúdo	Horário	Quant. de horas
1º DIA	Abertura e Apresentação do Programa	8h	2
	A importância de vivenciar a infância	10h	2
	Aspectos históricos e culturais do trabalho infantil no Brasil	14h	1
	Trabalho infantil no Mundo, Brasil e Ceará	15h	3
2º DIA	Piores Formas de Trabalho Infantil	8h	1
	Prejuízos do Trabalho Infantil na Educação	9h	30 min
	Prejuízos do Trabalho Infantil na Saúde	9h30	30 min
	Proteção ao Trabalhador Adolescente – Direito à Profissionalização	10h	1
	Cursos de Aprendizagem e Sistema “S”	11h	1
	Atuação do Ministério do Trabalho no Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente	14h	1
	Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente	15h	1
	Políticas Públicas de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente	16h	1
	Planos, Programas e Ações de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente	17h	1
	3º DIA	Princípios legais para a proteção da infância e da adolescência – normas nacionais e internacionais	8h
Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente		9h	1
Atuação dos órgãos do Eixo da Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Sec. Est. Assist. Social, Educação e Saúde)		10h	2
Atuação dos órgãos do Eixo da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cons. Tutelares, Prom. de Justiça e Varas da Infância)		14h	2
Atuação dos órgãos do Eixo do Controle Social dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica, Feeti/CE e Fórum DCA)		16h	2
4º DIA	Abordagem em sala de aula do tema “trabalho infantil”: o uso do DVD	8h	4
	Abordagem em sala de aula do tema “trabalho infantil”: o uso da cartilha	14h	3
	Experiências exitosas na abordagem do trabalho Infantil em sala de aula	17h	1
5º DIA	Planejamento para as Oficinas de Formação	8h	4
	Apresentação do plano das Oficinas – Orientações para uso dos materiais didáticos e avaliação escrita	14h	3
	Encerramento	17h	1
TOTAL			40 horas

Concluída a formação, os coordenadores pedagógicos municipais elaborarão um Plano de Ação para o Município em que contemple a Oficina de Formação para os professores e coordenadores pedagógicos escolares, o acompanhamento da execução do Plano de Ação dos professores e a elaboração do respectivo relatório.

Oficina de Formação de professores e coordenadores pedagógicos escolares

A 2ª fase do Programa inclui a programação e execução da Oficina de Formação dos professores e dos coordenadores pedagógicos escolares, com duração de 20 horas, a ser realizada em duas etapas: uma com estudos, reflexões e debates sobre os conteúdos e outra com orientações aos professores sobre o Plano de Ação.

O Plano da Oficina de Formação para professores deve conter tópicos básicos. A título de exemplificação, apresenta-se a proposta de cronograma abaixo para orientar o desenvolvimento da Oficina:

Tópicos para o Planejamento da Oficina de Formação – 20 horas

Município:

Coordenador(es) Pedagógico(s) Municipal(is):

Local:

Período/data:

Horário:

Objetivos:

Conteúdo:

Metodologia:

Atividades:

Recursos:

Avaliação:

Sugestão de cronograma (Oficina de Formação dos professores e coordenadores pedagógicos escolares)

Dias	Conteúdo	Horário
1º DIA	Credenciamento	8h
	Abertura e apresentação do Programa	8h15
	A importância de vivenciar a infância	8h30
	Intervalo	9h30
	Trabalho infantil no Mundo, Brasil e Ceará	9h45
	Piores formas de trabalho infantil	11h
	Mitos sobre o trabalho infantil	11h30
	Almoço	12h
	Prejuízos do Trabalho Infantil para a educação	13h30
	Prejuízos do Trabalho Infantil para saúde	14h
	Proteção ao trabalhador adolescente - Direito à profissionalização	14h30
	Intervalo	15h15
	Sistema de Garantia de Direitos (SGD)	15h30
Atuação dos órgãos do SGD: CMDCA, Conselhos Tutelares	16h30	
2º DIA	Atuação dos órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes: Ministério Público e Poder Judiciário	8h
	Políticas públicas e programas governamentais de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes: Assistência Social, Educação e Saúde	8h45
	Intervalo	9h45
	Abordagem em sala de aula do tema “trabalho infantil”: o uso do DVD	10h
	Almoço	12h
	Abordagem em sala de aula do tema “trabalho infantil”: uso da cartilha	13h30
	Intervalo	15h30
	Plano de Ação - Apresentação das sugestões contidas no Manual	15h45
Avaliação escrita	16h45 às 17h30	
3º DIA	Orientação aos professores para o Plano de Ação a ser desenvolvido para alunos do ensino fundamental no período do planejamento da escola	8 às 12h

Ao final da Oficina de Formação, que se conclui com a elaboração do Plano de Ação dos professores sob a orientação dos coordenadores pedagógicos municipais, estes deverão encaminhar à Coordenação do Programa Relatório Circunstanciado sobre esta atividade, Oficina de Formação, de acordo com o modelo a seguir.

Modelo de Relatório das Oficinas de Formação desenvolvidas pelos coordenadores pedagógicos municipais

Município:

Endereço da Secretaria de Educação:

Nomes dos Coordenadores Municipais:

Escolas Envolvidas:

Data do Relatório:

1. Descrição do grupo:

2. Descrição das atividades planejadas:

3. Relato a partir das questões:

Que nível de conhecimento o grupo apresentou acerca da temática, antes da exibição do filme?

Qual a postura demonstrada no momento da exibição do filme?

Após a exibição do filme, no momento da discussão, quais foram os questionamentos mais levantados?

Quais foram os sentimentos mais citados pelo grupo com relação ao filme?

Quais os casos de exploração de trabalho infantil relatados pelo grupo durante o debate?

Que dúvidas foram mais freqüentes com relação aos depoimentos sobre o Sistema de Garantia de Direitos?

Como foi o desempenho dos professores na elaboração do Plano de Ação?

4. Descrição das impressões a partir das questões:

O grupo apresentou sensibilidade sobre o tema e abertura para continuar este processo de formação?

Os professores conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente? Quais as dúvidas mais freqüentes com relação a esta lei?

Qual o conhecimento do grupo a respeito das políticas públicas de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes?

Qual a posição do grupo com relação à proteção dos direitos do trabalhador adolescente?

O grupo sabe quais os lugares de denúncia, bem como os procedimentos para esta atitude?

Quais as sugestões apresentadas pelo grupo para trabalhar a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no município?

Ações na Escola e em Sala de Aula

A 3ª e última fase do Programa, com as atividades dos coordenadores pedagógicos municipais, inclui o acompanhamento do Plano de Ações dos professores e coordenadores pedagógicos escolares. São, basicamente, ações desenvolvidas na Escola e em sala de aula.

Nesta fase, os coordenadores pedagógicos municipais podem divulgar as ações do Programa, participar dos encontros com pais de alunos nas escolas para reforçar com os professores a importância de debater

a erradicação do trabalho infantil, a proteção do trabalhador adolescente e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Nesta etapa, os coordenadores pedagógicos municipais têm papel de integração com os coordenadores pedagógicos escolares e com os professores, acompanhando o desenvolvimento do Plano de Ação junto aos professores com quem podem incentivar a exibição dos trabalhos escolares dos estudantes concorrentes à premiação no município.

Orientações didáticas aos professores

Deuzeli Rodrigues Gama
Célia Chaves Gurgel do Amaral
Antonio Oliveira Lima

Muitas vezes os professores não atentam para dois graves problemas sociais que afetam milhões de crianças e adolescentes no mundo inteiro: o trabalho infantil e a exploração dos trabalhadores adolescentes.

No Brasil, existem aproximadamente 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho. Somente no Ceará, segundo o IBGE, cerca de **296 mil** pequenos cidadãos são explorados no trabalho.

Considerando que a temática “trabalho infantil” ainda é pouco discutida em sala de aula, sugerimos conteúdo programático, técnicas de abordagem do tema para os professores desenvolverem com seus alunos e sugestões de tarefas escolares, a fim de facilitar o debate e a compreensão do assunto.

Propomos que os professores explorem o tema “trabalho infantil” durante três meses com carga horária de, pelo menos, 12 horas-aulas, ministrando, no mínimo, uma hora-aula por semana com assuntos sobre a temática.

Para o planejamento das ações a serem desenvolvidas, sugerimos que o conteúdo programático seja distribuído nos três meses contemplando os temas abaixo, com base nos textos constantes no *Manual Abordagem do Trabalho Infantil na Escola*.

Tema I - O que é trabalho infantil?

Tema II - Trabalho não combina com Criança

Tema III - Estatuto da Criança e do Adolescente

Tema IV - Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente

Além destes temas, contemplados no referido Manual, o plano deve incluir o tópico referente às ações que os professores devem desenvolver para auxiliar na produção dos trabalhos escolares dos trabalhos. Denominamos este de **Tema V** - Tarefas Escolares sobre o tema *Trabalho Infantil* e nele se reservam horários para os momentos de criação dos alunos.

No 1º mês do desenvolvimento do Plano de Ação, os professores podem abordar os temas I e II, com atividades de sensibilização. O objetivo é levar os alunos a refletirem sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes exploradas no trabalho e debaterem sobre as principais formas, causas e conseqüências desse grave problema social. Nessa etapa, os temas trabalho infantil e direitos da criança e do adolescente podem ser abordados com a exposição do DVD.

Neste momento, o contato com as famílias dos estudantes é fundamental, preparando-as e informando-as tanto sobre os conteúdos que serão tratados com os alunos assim como os objetivos do Programa.

No 2º mês, podem ser abordados os temas III e IV. Nesta fase, objetiva-se estimular e aprofundar reflexões sobre as causas e conseqüências do trabalho infantil, as políticas públicas para sua erradicação, a proteção ao trabalhador adolescente e o funcionamento dos órgãos e entidades que integram o Sistema de Garantia de Direitos, especialmente os conselhos tutelares e conselhos de direitos.

Para tanto, é preciso enfatizar os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que tratam sobre o direito à proteção integral (artigos 4º e 5º), bem como os que regulam o direito à profissionalização e proteção no

trabalho (artigos 60 ao 69).

No 3º mês, sugere-se a realização de atividades sobre os temas estudados. Os alunos serão estimulados a realizar tarefas escolares sobre o tema *Trabalho Infantil*, destacando a realidade local. Para fins de avaliação e premiação, as atividades serão divididas nas seguintes modalidades: literatura, artes visuais, artes cênicas e composição.

Para organizar as aulas relativas aos temas propostos a serem ministradas durante os três meses, conforme sugerido, os professores devem definir objetivos, conteúdos, metodologia, atividades e recursos em seu Plano de Ação cujo modelo pode ser o que está na página seguinte.

Para organizar as aulas relativas aos temas propostos e a serem ministradas durante os três meses sugeridos no Programa, os professores devem definir objetivos, conteúdos, metodologia, atividades e recursos em seu Plano de Ação.

Tópicos para o Plano de Ação

Município: _____

Escola: _____

Professor: _____

Turma: _____ Turno: _____ Nº de alunos: _____

Dias de aula: _____

Objetivos: _____

Conteúdo: _____

Atividades de Fixação: _____

Avaliação: _____

Recursos: _____

A seguir, apresentamos sugestões para a organização, durante os três meses de atividades do Plano de Ação, incluindo conteúdos e demais itens de um plano:

Tema I: O que é trabalho infantil? - 2h/a

Objetivos	1. Com base na história do vídeo: a) identificar os personagens b) criticar as atitudes dos personagens c) identificar que atitudes os personagens deveriam tomar para mudar a história da Rosinha
	2. Identificar outras formas de trabalho infantil 3. Identificar situações de trabalho infantil existentes na comunidade 4. Refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes exploradas no trabalho infantil doméstico
Conteúdo	1 Trabalho Infantil: conceito e modalidades
Metodologia	1. Apresentação de vídeo sobre trabalho infantil doméstico 2. Debates sobre história do vídeo apresentado
Atividades	- Árvore do Trabalho Infantil - Juri Simulado - Esquete teatral
Recursos Didáticos	1. Vídeo "Você viu a Rosinha?" 2. Manual Abordagem do Trabalho Infantil na Escola 3. Folders, panfletos, recortes de jornais
Avaliação	Atividades que incentivem os alunos a falarem sobre casos de trabalho infantil na comunidade

Tema II: Trabalho não combina com criança - 2h/a

Objetivos	<ol style="list-style-type: none">1. Refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes exploradas no trabalho2. Identificar formas de trabalho infantil conhecidas pelos alunos3. Identificar situação de trabalho infantil na comunidade
Conteúdo	<ol style="list-style-type: none">1. Direitos da Criança e do Adolescente previstos no ECA2. Prejuízos do trabalho para a saúde da criança
Metodologia	<ol style="list-style-type: none">1. Leitura da 1ª parte da cartilha “Criança não combina com trabalho”: A história de “Juca e Dudu”2. Conversa sobre a história do livro levando os alunos à análise das conseqüências do trabalho infantil na vida dos personagens3. Leitura da 2ª parte do Livro acima indicado4. Debates sobre o trabalho infantil e sobre os direitos da criança e do adolescente.
Atividades	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração do mural do trabalho infantil- Entrevistas
Recursos Didáticos	<ol style="list-style-type: none">1. Cartilha “Criança não combina com trabalho”2. Manual Abordagem do Trabalho Infantil na Escola3. Folders, panfletos, recortes de jornais
Avaliação	Atividades que levem os alunos a refletirem sobre os prejuízos sofridos por crianças e adolescentes exploradas no trabalho infantil

Tema III: Estatuto da Criança e do Adolescente - 2h/a

Objetivos	<ol style="list-style-type: none">1. Compreender a importância de se garantir proteção integral à criança e ao adolescente2. Compreender o que é e como funciona o Sistema de Garantia de Direitos3. Identificar as políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente existentes no município
Conteúdo	<ol style="list-style-type: none">1. Direito à Proteção Integral<ol style="list-style-type: none">1.1. Artigos 4º e 5º do ECA1.2. Casos de violação dos direitos da criança e do adolescente (na família e na comunidade)2. Políticas Públicas<ol style="list-style-type: none">2.1 Educação2.2 Saúde2.3 Geração de emprego e renda2.4 Assistência Social3. Sistema de Garantia de Direitos<ol style="list-style-type: none">3.1 Promoção3.2 Defesa3.3 Controle
Metodologia	<ul style="list-style-type: none">- Exposição Oral- Exibição de vídeo
Atividades	<ul style="list-style-type: none">- Entrevista com representantes do Sistema de Garantia de Direitos- Colagem e música sobre os temas abordados
Recursos Didáticos	<ol style="list-style-type: none">1. Estatuto da Criança e do Adolescente2. Manual Abordagem do Trabalho Infantil na Escola3. Folders, panfletos, recortes de jornais4. Vídeo
Avaliação	Atividades que levem o aluno a fixar o conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Tema IV: Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente - 2h/a

Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as piores formas de trabalho infantil 2. Compreender o que é e como funciona o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI 3. Distinguir Estagiário e Aprendiz
Conteúdo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trabalho Infantil <ol style="list-style-type: none"> 1.1. No Mundo 1.2. No Brasil 1.3. No Ceará 1.3. Piores formas de Trabalho Infantil. 2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 3. Direito à Profissionalização e Proteção ao Trabalhador Adolescente <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Artigos 60 a 69 do ECA 3.2. Diferenças entre Estágio e Aprendizagem
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de grupo - Apresentação oral de dados
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Mapa do trabalho infantil - Pesquisa de campo - Mural
Recursos Didáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estatuto da Criança e do Adolescente 2. Manual Abordagem do Trabalho Infantil na Escola 3. Folders, panfletos, recortes de jornais
Avaliação	Atividades que levem os alunos a fixar o conhecimento sobre o tema trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente

A última etapa do Plano de Ação será a orientação para a produção de trabalhos escolares dos alunos sobre os temas estudados e que também demanda horas em sala de aula.

Tema V: Tarefas escolares sobre o tema Trabalho Infantil - 4h/a

Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar os resultados da aprendizagem obtida 2. Produzir trabalhos de literatura, artes visuais, artes cênicas e composição sobre os temas estudados 3. Conhecer os Programas voltados para efetivação dos direitos humanos, especialmente os da criança e do adolescente
Conteúdo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direitos da criança e do adolescente 2. Estatuto da Criança e do Adolescente 3. Mitos e verdades sobre trabalho infantil
Atividades	<p>Produção de tarefas nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Literatura <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Contos 1.2 Poesia de Cordel 1.3 Histórias em Quadrinhos 2. Artes Visuais <ol style="list-style-type: none"> 1. Pintura 2. Desenho 3. Fotomontagem 3. Artes Cênicas <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Esquete teatral 4. Composição <ol style="list-style-type: none"> 4.1 Música 4.2 Paródia
Recursos Didáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estatuto da Criança e do Adolescente 2. Manual Abordagem do Trabalho Infantil na Escola 3. Folders, panfletos, recortes de jornais
Avaliação	<p>Todas as tarefas escolares serão valorizadas com participação em exposição promovida pela Escola, seja neste espaço, na Secretaria de Educação, ou em outro espaço público do Município para dar visibilidade aos resultados do Programa</p> <p>Os trabalhos para concorrerem à premiação devem estar nas categorias definidas, atender aos pré-requisitos e observar os critérios de pontuação estabelecidos</p>

Recursos Didáticos

Os professores terão acesso aos seguintes recursos didáticos: o DVD “Você Viu a Rosinha?”, a cartilha “Trabalho não combina com Criança” e o Manual “Abordagem do Trabalho Infantil na Escola”.

No DVD, tem-se a história da Raimunda, uma mãe que vem em busca da filha, Rosinha, na casa da comadre, mas não a encontra. As situações mostradas sugerem que Rosinha era vítima de explora-

ção no trabalho doméstico. Consta, ainda, depoimentos informativos do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente.

A cartilha “Trabalho não combina com Criança”, em sua primeira parte (páginas 1 a 7), conta a história de duas crianças (Juca e Dudu) em que uma delas (Dudu) é vítima do trabalho precoce. Nesta cartilha também estão contempladas informações sobre os direitos da criança e do adolescente.

Como Explorar o DVD “Você viu a Rosinha?”

Célia Chaves Gurgel do Amaral

O DVD *Você viu a Rosinha?* é composto de quatro partes: a história de uma mãe em busca da filha vítima de exploração no trabalho doméstico; depoimentos de pessoas vítimas de exploração no trabalho; depoimentos de juristas, procurador e outras pessoas que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e de representantes de entidades do sistema de garantia de direitos; e, por fim, um histórico sobre a origem e fases do Projeto de Formação de Multiplicadores para Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico. Comporta, ainda, algumas fotos do *making off* da produção do DVD.

Colocando o Problema:

Antes da exibição do DVD e para a construção do debate, sugerimos alguns procedimentos iniciais.

Levantar as seguintes questões:

1. Para que serve o trabalho?
2. Quem deve trabalhar?
3. O trabalho é um direito?
4. Quem deve assegurar esse direito?

As respostas devem ser registradas no quadro de giz ou *flip-charp*.

Em seguida, procede-se a exibição do filme *Você viu a Rosinha?*

As questões Específicas:

Após a exibição do filme, levante o debate colocando **questões específicas** sobre a situação apresentada no filme, tais como:

1. Você acha que essa história do filme é real ou é uma ficção?
2. Quais os sentimentos que vocês tiveram ao assistir ao filme?
3. O que vocês acham da atitude da Francileide, da vizinha, do padeiro, da diretora e da professora?
4. Que atitude você propõe para cada personagem nas situações colocadas?
5. O que você acha que aconteceu com Rosinha?

Outras formas de exploração:

Após analisar e debater sobre a situação específica do filme, explicitada e compreendida a condição de exploração do trabalho infantil, passe a outras questões para extrapolar a reflexão sobre outras situações semelhantes e iniciar um direcionamento a posturas de garantia dos direitos:

1. Vocês conhecem ou conheceram alguma menina ou menino com história igual ou parecida com a da Rosinha?
2. Será que existem muitas crianças como Rosinha, que são exploradas no trabalho?
3. Conhecem alguma outra forma de exploração de trabalho infantil?
4. Você acha que criança deve trabalhar? Por quê?
5. Quem você acha que é mais feliz: a criança que trabalha ou a criança que brinca e estuda?

A tomada de atitude:

Na colocação das questões que conduzam a uma tomada de atitude, explicitamos (entre parênteses) quais seriam estas:

1. Como a vizinhança, a escola e outras pessoas podem proteger e garantir os direitos de crianças e adolescentes? (conversar com as pessoas sobre os direitos e a responsabilidade de todos na proteção das crianças; comunicar casos de exploração ao Conselho Tutelar)
2. O que pode ser feito para que “Rosinhas” não continuem vindo para as casas das “madrinhas”? (garantir escolas e outras formas de políticas públicas no local onde as crianças moram)
3. Como Raimunda, a mãe da Rosinha, poderia ter feito para a filha morar com a madrinha? Existe alguma medida legal? (ela deveria ter procurado o juiz da infância ou da Comarca para registrar a passagem da guarda provisória da filha e acompanhar, de perto, se a comadre estava garantindo todos os direitos à filha)

4. Você acha que o trabalho infantil causa benefício ou malefício às crianças? (Falar sobre as conseqüências do trabalho para a saúde física e mental de uma criança e os prejuízos para sua vida social)

5. Quem deve garantir os direitos das crianças? (Falar sobre o ECA e explicar o papel da família, da sociedade, do Estado e do Município para erradicar e prevenir a exploração de crianças no trabalho)

Que argumentos utilizar para convencer sobre direitos das crianças e adolescentes?

Em todas as questões, as respostas devem alimentar e direcionar o debate de forma que haja uma tomada de posição do grupo contra a exploração do trabalho infantil. A linha fundamental do debate segue a defesa intransigente dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes no sentido de ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL.

No calor dos debates, reforçar que todas as crianças, pobres e ricas, são sujeitos de direitos e seus direitos devem ser garantidos pela família, sociedade e Estado.

Destacar sempre esses dois artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

No debate é importante destacar algumas informações sobre as conseqüências de quem explora crianças no trabalho. A exploração em si, não se constitui um crime, pois assim não está previsto no Código Penal Brasileiro. No entanto, quando se comprovam situações de maus tratos, abandono intelectual, exposição à convivência com situações de perigo, negligência, exploração sexual, indução ao uso de drogas lícitas ou ilícitas, entre as crianças e adolescentes submetidas ao trabalho, por serem estes casos caracterizados como crime, a pessoa que expõe a criança a estas situações será passível de penalidades.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um tipo de trabalho imposto à criança e ao adolescente que está caracterizado no Código Penal como crime – rufianismo - e para este estão previstas ações de repressão policial e procedimentos jurídicos.

O Brasil, signatário da Convenção 182 da OIT promulgou o Decreto Presidencial nº 6.481/2008 sobre as **Piores Formas de Trabalho Infantil**.

O Ministério Público do Trabalho tem poder para acompanhar e inibir as situações de abusos e explorações de crianças e adolescentes em qualquer uma das circunstâncias mencionadas no referido Decreto Presidencial.

Tópicos que devem estar presentes na condução dos debates

- As crianças de todas as classes sociais têm direito à infância com brincadeiras e estudos, cuidado e proteção.

- Alternativa para as crianças pobres não deve ser o trabalho, mas a garantia dos direitos.

- O trabalho para as crianças pobres não pode ser aceito como alternativa para livrá-las dos riscos da criminalidade. As alternativas mais justas são propiciar-lhes educação, cultura, lazer e proteção da sociedade e do Estado. É preciso desnaturalizar o trabalho para crianças pobres, garantindo-lhes todos os seus direitos.

- A caridade para justificar, explorar e se aproveitar do trabalho infantil é um argumento que deve ser duramente combatido. Também é preciso desmascarar a relação dita familiar entre madrinha, comadre e afilhada.

- A guarda provisória é necessária para regularizar situação de crianças e adolescentes que não moram com os pais. Ela obriga a mesma responsabilidade dos pais para aqueles adultos que detêm a guarda, ou seja, proteção, provimento, educação, alimentação, vestuário, moradia, etc.

- Todas as formas de trabalho infantil causam algum tipo de malefício à saúde física e mental das crianças. Os prejuízos à saúde das crianças são: deformações, mutilações, má formação, etc. Prejuízos sociais são: atraso escolar, evasão escolar, exclusão das oportunidades para desenvolvimento cultural, etc. Prejuízos mentais são: baixa ou perda da auto-estima, atraso no desenvolvimento psíquico, perda de referencial identitário e familiar, sofrimento por faltas de cuidado, proteção e pela ruptura de laços familiares.

- A erradicação do trabalho infantil depende de sensibilização e tomada de consciência quanto aos direitos das outras pessoas.

- A escola tem um papel fundamental sobre as problemáticas percebidas na realidade dos estudantes.

- A rede e equipamentos sociais são importantes para a erradicação do trabalho infantil. Existem equipamentos de proteção e de acatamento de denúncia.

- Discussão de casos reais identificados pelos alunos e suas prováveis soluções.

- Destacar o papel da família, comunidade e sociedade para os encaminhamentos de proteção à criança e ao adolescente e de denúncia em casos de exploração no trabalho ou de outras formas de desrespeito aos seus direitos.

Cabe ao professor fazer uma análise dos depoimentos de seus alunos após a exibição do filme, conduzindo os debates, identificando qual a representação que eles têm sobre infância, seu conheci-

mento das políticas públicas para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Nos debates, o professor deve lembrar, também, que o trabalho é permitido como aprendizagem de 14 a 16 anos; de 16 a 18 anos é permitido, exceto em atividades prejudiciais à saúde. O jovem de qualquer classe social, a partir de 16 anos, tem direito à proteção especial no trabalho. Lembrar, ainda, que estudantes em estágio devem ter carga horária semanal compatível com a frequência escolar.

Como explorar a Cartilha “Trabalho não combina com criança”

Júlia Amorim de Freitas

Professora do Curso de Comunicação Social da PUC Minas
e coordenadora do Projeto Bagagem - a leitura salta os muros da Universidade

A *Cartilha Trabalho não combina com Criança* traz a história de Juca e Dudu, fala dos direitos das crianças e insere a Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta publicação é fruto de uma pesquisa feita por alguns professores e de muitos de seus alunos. Eles estão esperançosos de que você se solidarize e entre na luta contra o trabalho infantil.

Essas pessoas, como você, querem as crianças na escola, brincando e estudando. Então, tiveram a idéia de elaborar este roteiro de leitura que servirá a você no momento em que for falar sobre ela em sala de aula.

Encene, faça de conta, mas dê aos seus alunos a certeza de que você acredita no que está fazendo e de que a Cartilha, que traz a história dos dois amigos de sala, trata de uma pesquisa feita por muitas pessoas que pensam nas crianças e em seu bem-estar.

Sugere-se que a primeira leitura seja feita por você, dirigindo-se aos seus alunos. Leia em voz alta, dê sonoridade aos enunciados das personagens. Para a segunda leitura, sugere-se que você escolha 9 (nove) alunos, sendo 5 maiores e quatro menores. Dos cinco maiores, escolha 2 mulheres e 3 homens e, dos quatro menores, 1 mulher e 3 homens. A cada um deles dê a atribuição de falar por um personagem. Por exemplo: Juca (novo), Dudu (novo), Pai, Mãe, Juca (adulto), Dudu (adulto), Professora, Crianças (filhos de Dudu).

Assim, cada aluno-ator ou atriz irá dizer a fala correspondente a sua personagem.

Depois que eles fizerem a leitura, sugere-se que façam uma representação que tenha a história de Juca e Dudu como texto. Monte um palco na própria sala, ajude-os a se organizarem e a se caracterizarem para o espetáculo. Faça com que os outros alunos participem. Peça-lhes para contribuírem na montagem do

cenário, na caracterização das personagens. Caso a sua escola possua microfones, ensine-lhes a utilizarem para que possam usá-lo durante o espetáculo.

Depois que os alunos acabarem a representação, explique-lhes a razão de esta história estar circulando nas escolas. Mostre a eles que a Cartilha conta uma história real. Por exemplo, a Cartilha traz na última capa o artigo 227. Esse artigo está na Constituição brasileira e fala dos direitos da criança e do adolescente, de como a sociedade deve agir no sentido de garanti-los. Fique atento(a) aos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) presentes no texto da Cartilha. Explore seus conteúdos. Crie situações que possibilitem seus educandos a compreender seus direitos e fazer valer.

Convoque seus alunos a fazerem parte de uma grande luta contra o trabalho infantil. Brincar, jogar, estudar, alimentar-se, dormir e ser feliz na família e na comunidade faz parte da vida da criança. Explique a fragilidade física da criança, a pouca experiência em lidar com circunstâncias de perigo, tais como trânsito intenso, mata cerrada, frio e umidade, horários extremamente longos, caminhadas extensas a pé, excesso de peso que as crianças carregam nas costas entre outros fatores.

Lembre-se professor(a), é possível voltar os olhos para a realidade que o(a) rodeia, mostrando através dos fatos do dia-a-dia causas e conseqüências provenientes do trabalho infantil. Todos devem saber que a exploração do trabalho infantil vai contra as fases de desenvolvimento saudável da criança e compromete seu futuro.

Envolva seus alunos em um sentimento de solidariedade, nunca de compaixão ou pena, sempre de estar com, participar, agir sobre e interferir na sua própria realidade, para que, assim, eles venham a ser protagonistas de sua própria história.

A exploração do DVD e da cartilha das formas aqui explicitadas instrumentaliza os professores para atuar na formação e orientação de seus alunos assim como de seus familiares com quem as reuniões, promovidas pelos professores, devem contar com o apoio da Escola e da Coordenação Pedagógica do Município.

Nas reuniões com os pais dos alunos, os professores podem utilizar o DVD para expor sobre a temática e, assim, envolvê-los na formação dos estudantes logo no início do desenvolvimento do Plano de Ação.

Outros recursos didáticos que podem ser utilizados em sala de aula são o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Manual *Abordagem do Trabalho Infantil na Escola*, bem como *folders*, panfletos, informativos, poesias, músicas, dentre outros materiais didáticos que abordem os temas direitos da criança e do adolescente, erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente.

Produção das Tarefas Escolares, Avaliação e Encaminhamento para Premiação

Como proposto na Orientação para as Aulas, o professor vai preparar seus estudantes para produzirem tarefas escolares a serem avaliadas e selecionadas para concorrer à premiação pela Coordenação do Programa.

Estas tarefas escolares dos estudantes passarão por três etapas de avaliação para serem premiadas. A primeira avaliação será feita na escola, pelo professor e respectivo Coordenador pedagógico escolar. Serão escolhidos os melhores trabalhos, um por categoria, e encaminhados aos Coordenadores Pedagógicos Municipais.

A etapa seguinte de avaliação será feita na Secretaria de Educação do Município pelos Coordenadores Pedagógicos Municipais. Nessa fase, serão escolhidos os melhores trabalhos, um de cada categoria, e encaminhados à Coordenação do Programa.

A terceira avaliação será feita em Fortaleza, pela Coordenação do Programa, que escolherá os três melhores trabalhos de cada categoria e os recomendará para premiação em evento específico.

Para tanto, estes trabalhos deverão contemplar alguns itens mínimos de conteúdo, qualidade da informação e impacto do produto.

As tarefas escolares distribuídas em 4 (quatro) categorias, devem obedecer a alguns pré-requisitos para concorrer à premiação e atingir uma pontuação superior segundo os quesitos de avaliação definidos.

A partir da avaliação na Escola, os trabalhos serão pontuados de 5 a 10 e aqueles que obtiverem a maior pontuação serão encaminhados aos Coordenadores Pedagógicos Municipais para concorrer à premiação.

No quadro a seguir, as categorias e os pré-requisitos e quesitos definidos para a avaliação dos trabalhos:

1. Literatura

1.1. Contos

1.1.1. Pré-requisitos

a) Texto de até duas laudas com 41 linhas, incluindo o título

b) Apresentação do texto digitado em letra Arial, tamanho 11, margem superior e esquerda 3,0 cm; margem inferior e direita 2,0 cm; espaçamento 1,5 entre linhas

c) Correção ortográfica

1.1.2 Quesitos de avaliação

a) Objetividade

b) Clareza

c) Seqüência

d) Texto inédito

e) Respeito ao tema

1.2. Poesia de Cordel

1.2.1. Pré-requisitos

a) Produção de, no mínimo, 20 (vinte) estrofes

b) Apresentação no formato tradicional de folheto

c) Capa ilustrada

1.2.2 Quesitos de avaliação

a) Criatividade

b) Expressividade

c) Texto inédito

d) Respeito ao tema

1.3 Histórias em Quadrinhos

1.3.1. Pré-requisitos

a) Produção de, no mínimo, 15 quadrinhos

b) Correção ortográfica

c) Capa ilustrada

1.3.1 Quesitos de avaliação

a) Respeito ao tema

b) Ilustrações

c) Criatividade

2. Artes Visuais

2.1 Pintura ou Desenho

2.1.1. Pré-requisitos

a) Apresentação em tela, tecido ou papel de 90cm x 60cm

2.1.2 Quesitos de avaliação

- a) Desenvolvimento criativo do tema proposto
- b) Expressão de idéia
- c) Qualidade do trabalho
- d) Respeito ao tema

2.2 Fotomontagem

2.2.1 Pré-requisitos

- a) Apresentação da colagem em papel, em cores ou em preto e branco, no tamanho 18x24cm
- b) Abordagem da realidade local

2.2.2 Quesitos de avaliação

- a) Expressão do tema
- b) Criatividade

3. Artes Cênicas (esquetes teatrais)

3.1. Pré-requisitos

- a) Elenco: 4 a 8 participantes
- b) Tempo: 10 a 15 minutos
- c) Apresentação de sinopse da esquete

3.2 Quesitos de avaliação

- a) Fidelidade ao tema proposto

- b) Criatividade na montagem da peça (adequação ao texto, figurino, adereços, estrutura cênica)
- c) Conjunto (integração e talento teatral do grupo)

4. Composição

4.1 Música

4.1.1 Pré-requisitos

- a) Originalidade
- b) Autor
- c) Compositor
- d) Execução em até 3 minutos

4.1.2 Quesitos de avaliação

- a) Correção da linguagem, admitindo-se variações coloquiais e termos populares
- b) Respeito ao tema proposto
- c) Criatividade na expressão de idéias
- d) Adequação da letra à melodia

4.2 Paródia

4.2.1 Pré-requisitos

- a) Autoria do texto
- e) Baseada em música conhecida
- f) Identificação da música parodiada

4.2.2 Quesitos de avaliação

- a) Respeito ao tema proposto
- b) Criatividade na expressão de idéias
- c) Adequação da letra à melodia

A seleção das melhores tarefas será de responsabilidade da Coordenação do Programa e a premiação acontecerá em Fortaleza por ocasião do evento de certificação dos professores.

Sugestões de atividades em sala de aula para explorar o tema trabalho infantil

Antonio de Oliveira Lima

Deuzeli Rodrigues Gama

Sandra Maria Silva Leite Reis

A exploração do tema deve sugerir a elaboração de um produto, seja de natureza literária, musical, teatral ou de artes visuais.

Algumas atividades que os professores podem desenvolver devem estimular os debates sobre a temática “trabalho infantil” e levantar questões que levem seus alunos a refletir sobre a realidade que os cerca.

As sugestões aqui apresentadas direcionam os professores a organizar com seus alunos as tarefas escolares que podem ser encaminhadas para a avaliação e concorrerem à premiação ao final do período de execução do Programa.

1. Árvore do trabalho infantil

Após a apresentação do DVD ou a leitura da cartilha, o(a) professor(a) entregará aos alunos uma folha de papel Kraft ou cartolina para que eles desenhem uma árvore contendo:

· **raiz**, onde serão apontadas as causas do trabalho infantil

· **caule**, onde serão apontadas as várias formas de trabalho infantil

· **folhas**: onde serão colocadas as consequências do trabalho infantil na vida das crianças

· **frutos**: onde serão apontadas as possibilidades de solução do problema

As causas, formas, consequências e soluções do trabalho infantil apontadas pelos alunos serão representadas por meio de palavras escritas em tarjetas ou diretamente nas partes da árvore. Em caso de utilização de tarjetas, estas serão de cores variadas, representando cada cor uma das partes da árvore.

Para esta atividade, a turma poderá ser dividida em grupos. Cada grupo discutirá o problema, conforme a temática da respectiva parte da árvore. Importante fazer uma reflexão com a turma após concluir a montagem da árvore.

2. Telefone sem fio

As crianças sentadas em círculo vão passando informações, no ouvido, para o colega ao lado, até chegar ao último, que irá revelar para o grupo o que conseguiu captar. Essa técnica pode ser adotada para estudo do ECA, a partir da formação de frases que sintetizem o conteúdo dos artigos propostos. Exemplo: “É dever de todos garantir, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente” (art. 4º).

Cabe ao(à) professor(a), após o último, expor a mensagem recebida, revelar a frase original e comentar se houve distorções ou equívocos na compreensão de seu conteúdo.

3. Árvore dos sonhos

O(a) professor(a) desenha na lousa ou em um cartaz uma árvore com folhas grandes.

Os alunos se reunirão em pequenos grupos para responder à seguinte pergunta:

Como é a infância dos nossos sonhos?

Sugestões de outras perguntas:

Como alcançaremos um mundo sem trabalho infantil?

Como podemos fazer este debate em nossa escola, em nossa família, em nossa comunidade?

Como podemos colaborar com o Poder Público nesta questão?

Como podemos sensibilizar sobre o papel de cada um (aluno, professor, escola, família, poder público)?

Que parceiros podemos buscar?

Cada grupo escreve seus sonhos num papel em forma de folha e prega na árvore dos sonhos.

A negociação coletiva dos sonhos vai mostrar os caminhos para elaboração de um plano de ação na escola com vistas à erradicação do trabalho infantil.

4. As pedras do caminho

Falar das pedras no caminho favorece o desabafo da turma e ajuda a pensar nas dificuldades que terá de enfrentar para chegar aos sonhos.

Um grande caminho de pedras pode ser desenhado na lousa, no chão ou sobre uma cartolina. Novamente os alunos são divididos em pequenos grupos para facilitar a conversa.

O professor pergunta:

O que dificulta as crianças de vivenciarem sua infância?

Que dificuldades na família fazem com que as crianças trabalhem?

Cada grupo debate, escolhe e escreve um problema sobre uma das “pedras” desenhadas.

Depois de examinarem todas as dificuldades, os alunos escolherão quais desejam ver resolvidas a curto, médio e longo prazo.

5. Jornal mural – as boas práticas

Todos os problemas têm pelo menos uma solução. Por isso, esta atividade consiste em reunir informações sobre experiências interessantes que estejam acontecendo, como os programas e ações de erradicação do trabalho infantil no Município e de que forma alunos e professores podem contribuir para aperfeiçoar ou multiplicar tais experiências.

Um caminho é responder as perguntas:

O que é trabalho infantil ?

Como está o trabalho infantil no meu Município?

Que ações estão sendo executadas para a solução desse problema social?

Que resultados já foram alcançados?

Que desafios precisam ser superados?

Como posso ajudar?

Para responder a estas perguntas, os alunos farão visitas aos programas e ações voltadas para a criança e o adolescente executadas no Município e serão estimulados a fazer entrevistas, coletar fotos, desenhos, filmes e outras informações relacionadas com o tema trabalho infantil.

Para viabilizar a participação mais efetiva das entidades, o professor poderá convidar os representantes dos órgãos e entidades que estejam à frente dos programas pesquisados, para que os alunos os entrevistem em sala de aula. Todas as informações coletadas constituirão um jornal mural na escola, para facilitar a divulgação e compreensão do tema trabalho infantil.

6. Debate em grupo

Para a execução dessa atividade, os alunos devem estar divididos em dois grupos. Devem ser elaborados dois blocos de cartões numerados, com cores diferentes, sendo um com as perguntas e outro com as respostas.

Os cartões com as perguntas serão distribuídos para o primeiro grupo e os cartões com as respostas serão distribuídos para o segundo.

O membro do 1º grupo que recebeu a 1ª pergunta formula a indagação para a turma, que inicia o debate, com a participação de todos. Após a discussão, o membro do 2º grupo que recebeu a resposta da 1ª pergunta irá conferi-la com a turma. O mesmo procedimento será adotado em relação às demais perguntas.

Ao final da atividade, um aluno de cada grupo poderá resumir para toda a turma o que foi debatido.

Sugestões de perguntas e respostas numeradas:

P.1 - Você sabe o que é trabalho infantil?

R.1 - É o trabalho realizado por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos.

P.2 - Qual é a idade permitida para se começar a trabalhar?

R.2 - No Brasil, o trabalho é permitido a partir de 16 anos, como empregado normal, e a partir de 14 anos, na condição de aprendiz. Se o trabalho for prejudicial à saúde, somente é permitido a partir dos 18 anos.

P.3 - Quais os prejuízos ocasionados pelo trabalho infantil?

R.3 - Os prejuízos são vários, entre os quais a evasão e o baixo rendimento escolar, problemas de saúde, situação de abuso físico e psicológico. Se a criança não estuda adequadamente, porque trabalha, quando adulta não conseguirá entrar com sucesso no mercado de trabalho.

P.4 - Você conhece alguma forma de trabalho infantil?

R.4 - Entre as formas mais conhecidas de trabalho infantil estão:

a) Trabalho infantil na agricultura: crianças e adolescentes realizam atividades em culturas diversas: tomate, fumo, laranjas, canaviais, etc.

b) Trabalho infantil nas ruas: atividades como flanelinha, catador de lixo, vendedores de balas e bugigangas, engraxates, entregadores de panfletos, etc.

c) Trabalho infantil doméstico: realizado por crianças e adolescentes, que cumprem tarefas de adulto, tais como arrumar toda a casa, cuidar de outras crianças. Estão sob risco constante ao manusear facas e outros objetos cortantes, manipular produtos de limpeza e usar o fogão. Além de sujeitos a abuso de ordem psicológica e até sexual. As meninas são maioria nessas atividades.

P.5 - O que é possível fazer, na escola, para identificar situações de trabalho infantil?

R.5 - Os professores podem observar, por exemplo, alterações na saúde e comportamento dos alunos (eles podem estar com problemas e precisar de apoio). Os alunos podem ajudar nessa identificação, conversando com os colegas. Casos em que o trabalho está prejudicando a saúde física, psicológica e a vida escolar devem ser denunciados ao Conselho Tutelar, ao Juiz da Infância ou à Fiscalização do Trabalho, em sua cidade ou região.

7. Pesquisa de Campo

O professor divide a turma em quatro grupos e atribui para cada grupo de alunos atividades para que eles identifiquem as principais formas, causas, conseqüências e ações para a erradicação do trabalho infantil no município.

· *Formas de trabalho infantil:* rural, doméstico, ruas, praias, lixões, tráfico, exploração sexual, etc;

· *Causas do trabalho infantil:* desemprego, desigualdades sociais, falta de estrutura familiar, aspectos culturais;

· *Conseqüências do trabalho infantil:* evasão/repetência/baixo rendimento escolar; baixa auto-estima, desenvolvimento físico e psicológico comprometido, perda de convivência familiar, vulnerabilidade social, baixo rendimento na vida adulta;

· *Ações para a erradicação do trabalho infantil:* políticas públicas (saúde, educação, assistência social e geração de emprego para as famílias);

Fica a cargo de cada grupo de alunos fazer uma pesquisa sobre as formas, causas e conseqüências e ações para a erradicação do trabalho infantil e ao final elaborar uma apresentação para os colegas de sala;

Para enriquecer a discussão em sala de aula, o professor deverá incentivar a pesquisa de modo que cada grupo de alunos possa:

· identificar se há crianças e adolescentes na comunidade em situação de trabalho e que tipos de atividades exercem;

· descobrir o que leva essas crianças e adolescentes a trabalharem;

· identificar os prejuízos sofridos pelas crianças e adolescentes em situação de trabalho no município;

· identificar que políticas públicas e programas sociais estão sendo realizados com vistas à erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente; que órgãos e entidades são responsáveis pela execução dessas políticas e programas; identificar e entrevistar os responsáveis por esses órgãos, verificando que serviços estão sendo efetivamente prestados.

Ao final, cada grupo faz uma apresentação dos resultados de sua pesquisa de campo em sala de aula e o(a) professor(a) deve animar o debate.

8. Entrevista

O(a) professor(a) convida os representantes dos órgãos, programas e projetos de proteção dos direitos da criança e do adolescente (PETI, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, CMDCA, Ministério Público, Juiz da Infância) e prepara os alunos para entrevistá-los. Os alunos serão orientados a elaborar, previamente, um questionário sobre o tema objeto da entrevista. O(a) professor(a) discutirá com os alunos as informações prestadas pelos entrevistados, tirando dúvidas, complementando as informações, ouvindo sua opinião. Ao final proporá que os alunos façam uma produção textual sobre o tema estudado.

9. Mitos e verdades

Baseado do Estatuto da Criança e do Adolescente (arts. 4º, 5º e 60 a 69), o(a) professor(a) dita aos alunos frases da página seguinte referentes ao trabalho infantil e aos direitos da criança e do adolescente abaixo e pede que eles assinalem com "M" as que correspondem a um mito e com "V" as que correspondem à verdade.

Exemplos de frases a serem avaliadas:

- a) É melhor trabalhar do que roubar ()
- b) É dever de todos garantir prioridade absoluta à criança e ao adolescente ()
- c) O adolescente de 14 a 16 anos só pode trabalhar na condição de aprendiz ()
- d) O ECA deixou a criança e o adolescente com direito demais e, por conta disso, os filhos não obedecem mais aos pais ()
- e) A criança que trabalha vira um adulto esperto e a que não trabalha, quando cresce, fica preguiçosa ()
- f) O trabalho precoce compromete o desenvolvimento físico e psicológico e prejudica a educação da criança e do adolescente ()

Veja que as frases das alíneas "a", "d" e "e" correspondem aos mitos; as frases das alíneas "b", "c" e "f" correspondem às verdades. Outros mitos e verdades podem ser acrescentados no desenvolvimento dessa técnica.

10. Pesquisa de fotos e ilustrações

Para essa atividade, o professor providenciará jornais e revistas que tenham ilustrações ou tiras de quadrinhos sobre os temas trabalho infantil e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os alunos identificarão personagens em situação de trabalho infantil e criarão desenhos representando esses personagens.

Em seguida, o(a) professor(a) conversará com os alunos sobre as situações de trabalho infantil que aparecem nas ilustrações e como as crianças são tratadas, buscando conscientizá-los de que toda criança, independente da classe social, tem direito à proteção integral: educação, saúde, esporte, lazer, convivência familiar, não exploração e prioridade no atendimento.

11. Júri simulado

Essa técnica consiste na realização de um julgamento em que o réu é o Trabalho Infantil, que poderá ser acusado, por exemplo, de estar causando evasão escolar. Inicialmente devem ser escolhidos três alunos, o primeiro para o papel do juiz, que coordenará o julgamento, o segundo para a função do promotor de justiça, que fará a acusação, e terceiro para a função de advogado de defesa.

Antes de iniciar o Júri, o juiz convoca sete alunos para atuar como jurados. O promotor convida dois alunos para atuar como testemunhas de acusação e o advogado de defesa chama outros dois como testemunhas de defesa. Os demais alunos serão divididos em dois grupos: o de acusação (GA) e o de defesa (GD).

O Grupo de Acusação (GA) relacionará argumentos contra o trabalho infantil, que serão apresentados pelo promotor de justiça; o Grupo de Defesa (GD) listará argumentos favoráveis ao trabalho infantil, que serão utilizados pelo advogado de defesa.

O juiz declara aberta a sessão do júri e passa a palavra ao promotor de justiça, por três minutos, para que ele apresente a acusação. Em seguida, o juiz concede a palavra ao advogado de defesa, também por três minutos, para que ele apresente seus argumentos a favor do réu.

Após a defesa, o juiz ouvirá as testemunhas.

Cada testemunha poderá responder até três perguntas: uma do juiz, uma do promotor e outra do advogado de defesa.

As perguntas do juiz têm por objetivo saber da testemunha a verdade a respeito dos fatos alegados pelas partes.

Ao formular as perguntas, o promotor de justiça buscará das testemunhas declarações contra o trabalho infantil e/ou contrárias aos fatos alegados pelo advogado da defesa.

Já o advogado de defesa buscará fazer perguntas que levem as testemunhas a fazerem declarações favoráveis ao trabalho infantil e/ou contrárias aos fatos alegados pelo promotor de justiça.

O grupo GA pode ajudar o promotor.

O grupo GD pode auxiliar o advogado de defesa na formulação das perguntas.

Após ouvir as testemunhas, o juiz concederá dois minutos ao promotor e dois minutos ao advogado de defesa para apresentar seus argumentos finais.

Em seguida, o juiz entregará a cada jurado duas fichas: uma verde, escrita a palavra INOCENTE e outra vermelha, escrita a palavra CULPADO.

Em seguida, solicitará que os jurados se levantem e coloquem uma das fichas numa urna, isolada num canto da sala. O juiz esclarecerá que cada jurado só poderá colocar uma ficha na urna: ou a verde, caso considere o réu inocente, ou a vermelha, caso considere o réu culpado.

Ao final, o juiz contará os votos e proclamará o resultado. Se houver mais cartões verdes, o réu será declarado inocente. Se houver mais cartões vermelhos, o réu será declarado culpado.

Cabe ao professor fazer uma reflexão com os alunos sobre o resultado do julgamento.

12. Esquete teatral

O professor formará grupos de cinco alunos e apresentará situações de trabalho infantil. Em seguida, pedirá que eles montem uma breve história para ser apresentada em forma de esquete teatral.

A história deverá conter, como personagens, uma criança ou adolescente em situação de trabalho e as pessoas ligadas à situação: patrão, patroa, pais, professores, irmãos e amigos. Outros personagens podem ser acrescentados, de acordo com a criatividade de cada grupo. As soluções do problema apontadas na história deverão ter como base o Estatuto da Criança e do Adolescente.

13. Artes visuais

Apresentados os recursos Áudios-visuais (DVD, CD, folders, cartazes), leitura, debates e reflexões sobre o ECA, o professor proporá a produção de desenhos ilustrativos dos direitos da criança e do adolescente relacionados com o assunto estudado.

14. Construção de gráficos

Após a abordagem dos dados sobre trabalho infantil, os alunos serão estimulados a produzir gráficos estatísticos representativos dos números do trabalho infantil no Mundo, no Brasil e no Ceará, destacando, nesses gráficos, alguns aspectos relacionados ao trabalho precoce, tais como educação, saúde, classe social, idade, gênero e desigualdades regionais.

15. Mapa do trabalho infantil

Para essa atividade, o(a) professor(a) precisará de mapa do Brasil, globo terrestre e de papeletas com as formas de trabalho infantil predominante em cada Estado.

Explique aos alunos que as formas de trabalho infantil variam de acordo com a atividade predominante em cada região.

Com base nos dados do IBGE, os alunos fixarão no mapa do Brasil as papeletas com as formas de

trabalho infantil predominantes na respectiva região. Discuta com eles, corrigindo o que for necessário.

Essa técnica pode ser utilizada para ampliar o debate com relação ao trabalho infantil no mundo (usando-se o globo terrestre) ou focalizar o debate em nível regional (mapa do Estado).

16. Anúncio publicitário

Para essa atividade, o(a) professor(a) dividirá a turma em grupos.

Cada grupo escolherá uma forma de trabalho infantil existente no seu Município, ou Estado para criar um anúncio publicitário de conscientização pela erradicação do trabalho infantil, destinado à veiculação em jornal, revista ou na rádio do município.

O anúncio pode ser montado com desenhos, fotografias, recortes, colagens, textos ou músicas (spot).

Depois, cada grupo deve fazer uma apresentação do anúncio que criou.

Serão avaliados a criatividade, o visual do anúncio e se a mensagem divulgada combate o trabalho infantil.

O melhor anúncio poderá ser publicado na comunidade através de rádio, jornal popular ou jornal mural da escola.

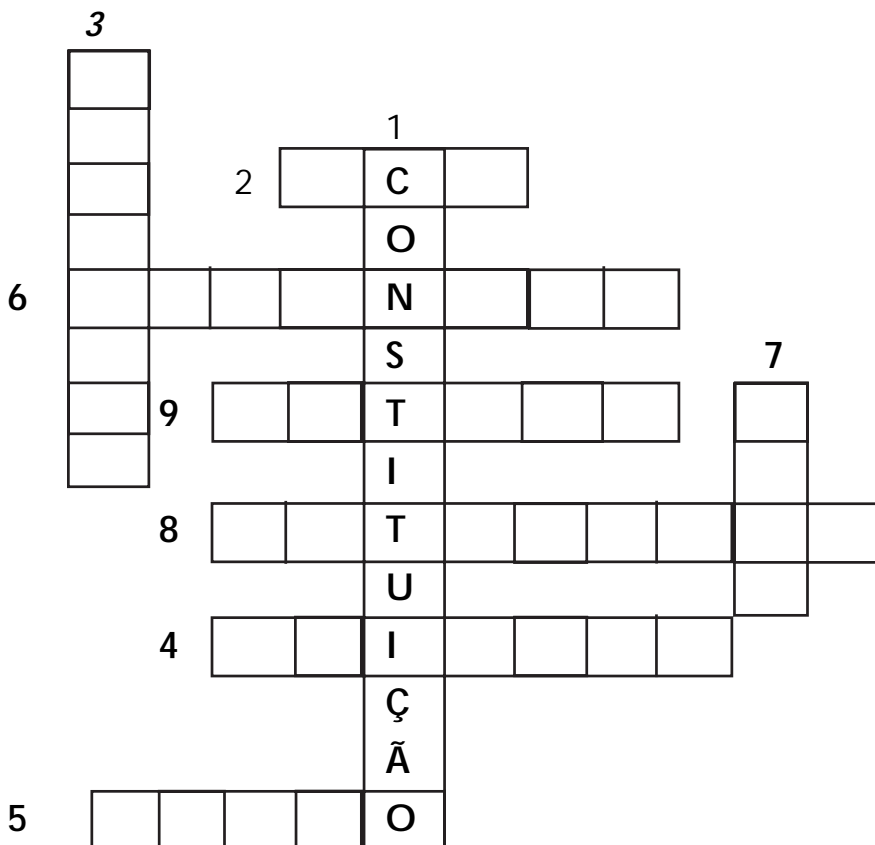
Cada turma deverá pensar nas possibilidades de socialização na escola e no seu entorno dos produtos das atividades, através de feiras escolares, jornais escolares, jornais municipais, programas de rádio, jornais murais na parede da escola, debates, gincanas, festas populares, etc.

Reiteramos a importância do registro das atividades.

ESPAÇO RESERVADO PARA DÚVIDAS E ANOTAÇÕES

Exercícios de fixação

Cruzada contra o Trabalho Infantil



1. Lei maior do país.
2. Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. _____: resposta certa contra o trabalho infantil.
4. Trabalho é para adulto. Criança quer ser _____.
5. 12 de _____ :Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.
6. Entre 14 e 16 anos o adolescente só pode trabalhar na condição de _____.
7. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
8. Símbolo da luta contra o trabalho infantil que representa os cinco continentes.
9. Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.

ECA EM PALAVRAS CRUZADAS

O art. 4º do ECA estabelece que "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à *saúde*, à *alimentação*, à *educação*, ao *esporte*, ao *lazer*, à *profissionalização*, à *cultura*, à *dignidade*, ao *respeito*, à *liberdade* e à *convivência familiar e comunitária*". Identifique os outros 10 direitos previstos no artigo citado e complete a cruzada abaixo.

12	12	C	O	N	V	I	V	Ê	N	C	I	A	3	7
		O												P
		M												R
		U												O
		N												F
		I												I
		Á												S
		R												S
		I												O
		A												N
														A
														L
5														I
														Z
														A
														Ç
														Ã
														O

Caça Palavras do ECA

Encontre, no quadro abaixo, os doze direitos relacionados no artigo 4º do ECA acima transcrito.

C	O	N	V	I	V	Ê	N	C	I	A	F	A	M	I
M	P	S	Z	V	T	X	C	J	P	X	T	Z	C	L
M	R	S	Z	V	T	X	H	J	M	A	L	C	I	I
N	O	X	A	L	I	M	E	N	T	A	Ç	Ã	O	A
K	F	A	X	T	X	H	J	M	A	P	A	R	C	R
Z	I	T	C	X	H	K	J	V	Z	A	E	C	O	E
L	S	B	U	R	M	E	S	X	R	P	R	Ã	Z	C
A	S	K	L	A	K	S	S	W	N	S	Ç	Q	A	O
Z	I	V	T	M	V	P	Ç	A	Z	A	E	D	X	M
E	O	Q	U	X	S	O	I	N	C	Ú	X	I	T	U
R	N	Z	R	A	C	R	Q	U	H	D	N	G	H	N
A	A	L	A	H	O	T	D	T	O	E	S	N	E	I
D	L	F	N	Y	R	E	Q	B	I	X	W	I	J	T
X	I	H	V	I	D	A	Ç	W	B	C	V	D	T	Ã
F	Z	O	N	C	V	X	R	P	Ç	N	F	A	S	R
I	A	T	R	E	S	P	E	I	T	O	H	D	X	I
V	Ç	U	R	T	S	X	R	P	Ç	N	R	E	H	A
X	Ã	T	L	I	B	E	R	D	A	D	E	X	A	W
M	O	S	Z	V	T	X	H	J	M	L	N	A	T	X

Caça palavras contra o Trabalho Infantil

A	X	Q	L	X	S	P	X	N	A	Z	X	O	T	A
M	N	S	Z	V	T	X	C	J	P	E	T	E	C	A
M	C	S	Z	V	T	X	H	J	M	A	L	C	I	X
N	O	X	A	D	O	L	E	S	C	E	N	T	E	A
K	N	A	X	T	X	H	J	M	A	P	A	R	C	X
Z	S	T	E	X	H	K	J	V	Z	E	C	A	X	T
I	E	B	S	R	M	F	S	X	R	P	R	B	Z	H
X	L	K	C	A	K	A	S	W	N	A	Y	A	A	M
G	H	V	O	M	V	M	Ç	A	Ç	S	E	L	X	K
A	O	Q	L	X	S	Í	I	N	A	Z	X	H	T	V
B	T	Z	A	A	C	L	A	V	H	A	N	O	H	L
A	U	L	X	H	O	I	X	T	O	X	S	I	E	F
D	T	F	N	Y	R	A	Q	B	I	E	W	N	J	H
X	E	H	N	C	V	X	Ç	W	B	C	V	F	T	O
F	L	O	P	E	T	I	R	P	Ç	N	F	A	S	X
I	A	T	T	W	X	A	P	R	E	N	D	N	Z	N
V	R	U	R	T	S	X	R	P	Ç	N	R	T	H	S
X	S	T	P	R	O	T	E	Ç	Á	O	Ç	I	A	W
M	C	S	Z	V	T	X	H	J	M	A	L	L	I	T

Encontre as palavras abaixo no quadro acima

ADOLESCENTE	FAMÍLIA
APRENDIZ	OIT
CONSELHO TUTELAR	PETECA
CRIANÇA	PETI
ECA	PROTEÇÃO
ESCOLA	TRABALHO INFANTIL

Músicas sobre o tema Trabalho Infantil

Criança não trabalha, criança dá trabalho...

Composição: Arnaldo Antunes e Paulo Tatit

Interpretação: Palavra Cantada

Lápis, caderno, chiclete, pião
 Sol, bicicleta, skate, calção
 Esconderijo, avião, correria, tambor, gritaria, jardim, confusão
 Bola, pelúcia, merenda, crayon,
 Banho de rio, banho de mar, pula ceta, bombom,
 Tanque de areia, gnomo, sereia, pirata, baleia, manteiga no pão
 Giz, merthiolate, band-aid, sabão,
 Tênis, cadarço, almofada, colchão
 Quebra-cabeça, boneca, peteca, botão, pega-pega, papel, papelão
 Criança não trabalha, criança dá trabalho,
 Criança não trabalha...
 1, 2 feijão com arroz
 3, 4 feijão no prato
 5, 6 tudo outra vez...

Leve a sério

Parahyba
Banda de Lata – Associação Curumins

Leve a sério
Quando eu estiver brincando
Sou criança
E sei
Sei do que estou falando
Trabalho não é brincadeira
Só gente grande deve trabalhar
Sou criança
É tempo de escola
É tempo de brincar
Sou criança
É tempo de escola
É tempo de brincar
Até gente grande
Também pode brincar
As coisas criam vida
É só imaginar
O gatinho brinca com a bola de papel
Meu barquinho nuvem
Voa alto, pelo céu
Nas asas do faz de conta
É 1
É 2
É 3
É 31 na manja

Quero ser Criança

Composição: Vera Freitas, Dilermano Bastos, Shirlene Silvae Cristiano Santos
Interpretação: Vera Freitas

Criança não trabalha, criança dá trabalho
Tem que estudar e brincar se divertir
As crianças são maravilhosas esperança do meu país
Tem que estudar e não pode trabalhar
O estatuto é quem diz
Tem que estudar e não pode trabalhar
O estatuto é quem diz
Para ser um cidadão e o futuro da nação
Desse imenso Brasil
Tem que estudar e não pode trabalhar
O estatuto é quem diz
Tem que estudar e não pode trabalhar
O estatuto é quem diz

Brincando na escola

Andréa Machado Camurça

Kátia Cristina Fernandes Farias

No ambiente escolar, caberá ao educador estar alerta para a receptividade das crianças e dos adolescentes quanto às atividades propostas, sejam estas direcionadas ou livres. Cada professor precisa estar atento para perceber que cada criança e adolescente apresentam suas próprias especificidades diante do lúdico.

A educação psicomotora ocorre em todos os momentos do desenvolvimento humano e atua de maneira preventiva, pois gradativamente auxiliará nas dificuldades de aprendizagem, como a má concentração, a confusão de letras e sílabas, leitura, lateralidade. Logo, cabe ao professor interagir durante o processo de aprendizagem envolvendo as crianças e adolescentes no desempenho de suas aptidões.

Entretanto, sempre que possível essa orientação deve ocorrer de maneira lúdica e educativa, permitindo à criança e ao adolescente uma exploração da descoberta de si mesma, do mundo e dos outros, o que terá como resultado uma aprendizagem significativa.

A psicomotricidade no ambiente escolar encontra-se presente no aspecto pedagógico (as atividades desenvolvidas no âmbito escolar), e sua prática se estende, sobretudo, nas instituições educativas através da utilização do movimento humano ao procurar desenvolver o indivíduo como um todo.

Na escola, o trabalho psicomotor precisa ser sistemático, visando melhorar as habilidades perceptivas, intelectuais e emocionais, levando-se em conta os objetivos propostos referentes à faixa etária que melhor convier com as necessidades do grupo de crianças e adolescentes envolvidos.

A brincadeira e os trabalhos em grupos precisam privilegiar o despertar para o desejo de aprender; prevenir dificuldades de expressão

motora, verbal e gráfica; estimular a criatividade; facilitar a integração social para elevar a capacidade da criança de enfrentar situações novas e criar estratégias positivas em suas relações; estimular para o ajuste positivo da agressividade, inibição, dependência, afetividade, auto-estima, entre outros distúrbios do comportamento.

De acordo com Piaget e outros estudiosos sobre desenvolvimento humano, o Brincar é classificado em quatro categorias evidenciando níveis crescentes de complexidade cognitiva:

Jogo funcional: envolve movimentos musculares repetitivos tais como rolar, jogar bola, correr, pular, saltar, arremessar e mirar. Tor-na-se comum uma forma de brincadeira mais impetuosa, envolvendo lutas, chutes, perseguições e esse tipo de brincadeira, às vezes, é confundido com comportamento agressivo.

Jogo construtivo: envolve a utilização de objetos ou materiais para fazer algumas coisas, como uma casa de blocos ou um desenho.

Jogo de faz-de-conta: envolve pessoas ou situações imaginárias. Também chamado de jogo de fantasia, jogo dramático ou jogo imaginativo. Crianças gostam de utilizar objetos como bonecas, acessórios reais ou imaginários.

Jogo formal com regras: envolve a utilização de brincadeiras populares como amarelinha, bola de gude, pega-pega, corda, elástico, sete pecados, João Atrepa entre outras.

Andréa Machado Camurça – Professora Substituta do Departamento de Economia Doméstica da UFC e membro do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas da UFC – LEPP/UFC

Kátia Fernandes Farias – Professora Substituta do Departamento de Economia Doméstica da UFC e membro do Núcleo de Desenvolvimento da Criança da UFC – NDC/UFC